

Brasil nas bordas: Uso local de banda larga e audiovisual em Faixa de Fronteira¹

Sonia Virgínia MOREIRA²
César Franco dos Santos MARTINS³
Nélia Rodrigues DEL BIANCO⁴

Resumo

Território, região e fronteira são os subsídios da Geografia empregados neste artigo para analisar as condições de infraestrutura de Comunicação existente em dois setores específicos - de telecomunicações (banda larga fixa) e de mídia (rádio e RTV) - em três municípios de IDHM Baixo situados nas regiões Norte e Centro-Oeste da Faixa de Fronteira do Brasil com a América do Sul. Pesquisa empírica, tem no trabalho de campo o principal instrumento para a coleta de dados demográficos, organizacionais e de comunicações. Os resultados confirmam que a localização e a capacidade econômica de cada município determinam o tipo e a qualidade da tecnologia disponibilizada e influem na produção local de mídia, dependente de conteúdo gerado fora da Faixa de Fronteira, geralmente nas capitais dos estados.

Palavras-chave: território; fronteira; municípios; rádio e RTV; telecomunicações

Grandes problemas? /
Inverter a lente. /
As coisas, pequenas
Luiz Martins - Haicais - 24 set 2020

Apontamentos iniciais

Vários são os recursos da geografia encontrados na produção científica do campo da Comunicação. Uma mirada dos artigos publicados em periódicos científicos ou apresentados em eventos acadêmicos entre 2000 e 2020, por exemplo, mostra conexões da Comunicação com temas relacionados a espaços urbano e digital, em abordagens do local e do regional e nas representações geográficas de cultura, mídia e de fluxos informacionais. Em relação a fronteiras, os estudos são principalmente

¹ Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCOM UERJ), bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, e-mail: soniavm@gmail.com

³ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCOM UFJF), e-mail: cezarfsmartins1997@gmail.com

⁴ Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (PPGCOM UnB), e-mail: neliadelbianco@gmail.com

binacionais, sobre mídia (TV, rádio, jornais e portais de notícias) e relativos a matrizes culturais, identitárias e linguística.

Dornelles e Nazário (2017) observaram a configuração desse espaço territorial na Comunicação ao empreender um levantamento compreensivo dos artigos apresentados em congressos anuais da Intercom sobre comunicação e fronteira, de modo a localizar “onde está e como é a produção científica comunicacional brasileira sobre a mídia de fronteira e os processos comunicacionais que ali têm lugar, ou que são vistos a partir daquele ponto de vista” (DORNELLES e NAZÁRIO, 2017, p. 64). Concluíram que, iniciados há mais tempo (2001), prevalecem os estudos sobre mídia e fronteira na região Sul; que registros da mídia em fronteiras do Centro-Oeste começam em 2004 e em locais fronteiriços da região Norte a partir de 2014 (p. 66-68).

Contextos territoriais, definições geográficas

Entre os países sul-americanos, o Brasil tem maior extensão territorial (8,5 milhões de km²), ocupa 48% da área total do subcontinente⁵ e não faz fronteira apenas com o Chile e o Equador. A região de faixa de fronteira, definida como “faixa interna de 150km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional” (DECRETO nº 85.064/1980), não se firmou como objeto de estudos no campo da Comunicação. Sua extensão (1,4 milhões de km² ou 16,6% do território nacional) e relevância estratégica (abrange 558 dos 5.570 municípios brasileiros em três regiões – Norte, Centro-Oeste e Sul) são pontos indutores deste artigo, no qual o pensamento geográfico se agrega à análise de mídia e de telecomunicações.

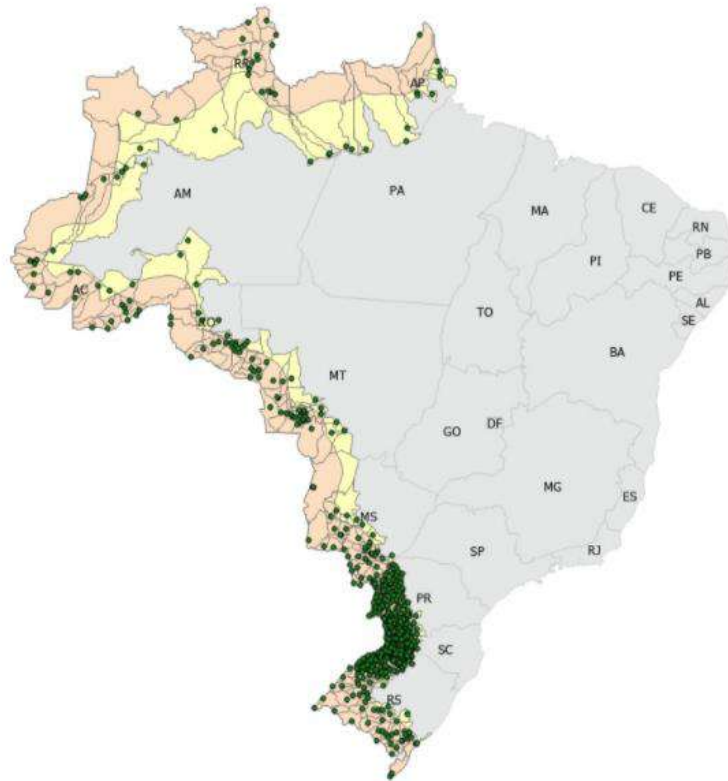
Dada a dimensão e diversidade do espaço optamos pela seleção de unidades que pudessem ser mensuráveis em suas particularidades, lugares integralmente dentro da faixa de fronteira, nas bordas do território do Brasil com a América do Sul. Esta análise faz parte do projeto de pesquisa Regiões de Sombra e de Silêncio no Audiovisual Brasileiro, que emprega como parâmetro principal o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal para identificar quantitativos de mídia e níveis de acesso às telecomunicações, e está direcionado principalmente para o estudo de cidades pequenas e médias. Os municípios incluídos neste artigo são classificados como de IDHM Baixo.

As definições de território, região e fronteira são os subsídios da Geografia para observar as condições de infraestrutura existentes em dois setores, telecomunicações

⁵ Considerando que a Guiana Francesa é território além-mar da França.

(banda larga fixa) e mídia (rádio e RTV), demarcados pelos arcos Norte e Central da Faixa de Fronteira. Pesquisa empírica, a metodologia se fundamenta no trabalho de campo, com coleta de dados em acervos institucionais – demográficos, organizacionais e de comunicações – e em websites locais porque o município é o centro do estudo.

Imagem 1: Municípios brasileiros em Faixa de Fronteira



Fonte: IBGE, 2020.

Dos 558 municípios localizados na Faixa de Fronteira, 432 estão 100% dentro dos limites da Faixa (IBGE, 2019), distribuídos por 11 estados. Apenas o Amazonas faz fronteira com três países (Colômbia, Peru e Venezuela); sete estados reúnem municípios fronteiriços com dois países – Acre (Bolívia e Peru), Amapá (Guiana Francesa e Suriname), Pará (Suriname e Guiana), Roraima (Venezuela e Guiana), Mato Grosso do Sul (Bolívia e Paraguai), Rio Grande do Sul (Argentina e Uruguai) e Paraná (Argentina e Paraguai); e três restados estão na fronteira com outro país: Rondônia e Mato Grosso com a Bolívia; Santa Catarina com a Argentina.

Tabela 1: Áreas e percentuais de estados com municípios em Faixa de Fronteira

Estado	Municípios em Faixa de Fronteira	Área total do estado (km ²)	Áreas em Faixa de Fronteira (km ²)	%
Acre	22	164.123,964	114.566,811	70
Amapá	8	142.470,762	69.425,474	49
Amazonas	19	1.559.167,889	362.058,503	23
Pará	5	1.245.870,798	91.890,437	7
Rondônia	28	237.765,240	124.347,700	52
Roraima	15	223.644,527	153.249,627	68,5
Mato Grosso	28	903.207,019	111.050,363	12
Mato Grosso do Sul	45	357.145,534	143.048,948	40
Paraná	139	199.298,979	55.064,357	28
Rio Grande do Sul	196	281.707,156	145.774,739	52
Santa Catarina	83	95.730,684	14.535,120	15

Fonte: IBGE, 2020.

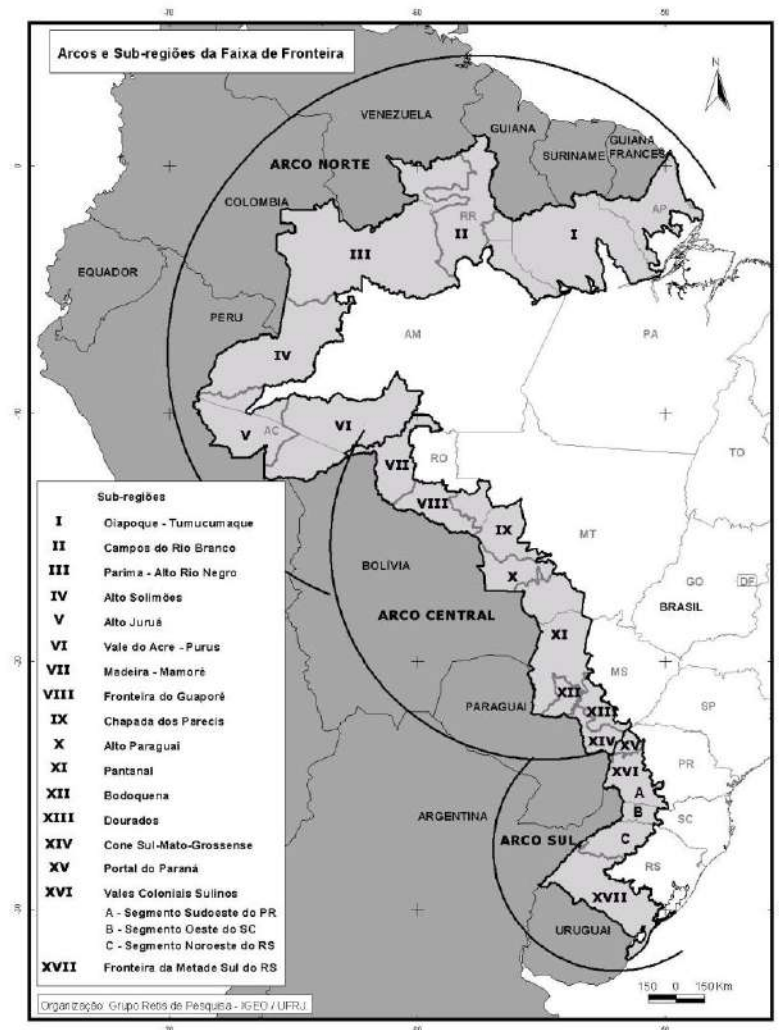
No território da Faixa de Fronteira, distribuído nos arcos Norte, Central e Sul, faltam políticas públicas específicas de comunicação. Em estudo que usou dados da RAIS/MTE para avaliar o mercado de trabalho informal na região do Arco Norte no período 2000-2010, por exemplo, Amaral (2014) identificou problemas de infraestrutura nos setores de distribuição de energia e de telefonia e concluiu que “a falta de informação” sobre essa zona de fronteira afetava o desenvolvimento econômico integrado local (AMARAL, 2014, p. 165-166). Entre os órgãos governamentais com status de “atores” na região, o Ministério das Comunicações foi mencionado em dois contextos, de telefonia e de informação. Em anos recentes, serviços de telecomunicações redimensionaram parte do setor de comunicação, mas ainda há carência de projetos direcionados para a região.

Região, território e fronteiras

Os setores que dominam as interações na Faixa de Fronteira estão associados principalmente a interesses comercial, industrial, agrícola, de transporte, de mineração, pecuária e energia. Interações entre estados na Faixa de Fronteira começaram nos anos 1990, caso do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul - Codesul, formado pelos governos do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e países fronteiriços. O Mercosul se estabelece em 1991 como bloco econômico comum no arco Sul da Faixa de Fronteira. No arco Central, a Zicosul - Zona de Integração do Centro-Oeste da América do Sul, criada em 1997 e institucionalizada em 2005, é constituída por dois estados do Centro-Oeste (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), os três estados

da região Sul e os países fronteiriços Argentina, Bolívia, Paraguai, Peru e Uruguai. Completam o grupo o Chile e o Equador. Apresenta-se como instância “de cooperação e acordo entre governos e empresariado”, a fim de inserir o território central da América do Sul em mercados internacionais “mediante a articulação de eixos de comunicação [N.A.: vias de transporte] e a promoção da integração social e cultural de outros povos como mecanismo de desenvolvimento econômico-social dos países integrantes” (ZICOSUR, 2020). Em 2008, a educação foi incluída como área prioritária com a assinatura de um protocolo entre universidades do norte da Argentina e estaduais do Paraná, que formaram o Zicosur Universitário. Os setores de comunicação e telecomunicações seguem fora das metas da Zona de Integração em 2020.

Imagem 2: Arcos e sub-regiões da Faixa de Fronteira Brasil



Fonte: Grupo Retis de Pesquisa – Departamento de Geografia UFRJ, 2010.

Em relação ao arco Norte, Rufino (2018, p. 57) esclarece as condições locais que influem no desenvolvimento da região:

A situação já atingiu índices críticos na fronteira sul da Amazônia Legal Brasileira com a região de Cerrado do Centro-Oeste, onde o “arco do desmatamento”, como é denominada a área de floresta que se estende de Rondônia ao oeste do Maranhão, passando pelo norte do Mato Grosso e sul do Pará, funciona como a porta de entrada para a destruição ambiental, no rastro da expansão de campos de monocultura sobre a floresta tropical. (...) Construída pelo imaginário da sociedade europeia como “um espaço vazio”, a Amazônia sempre foi vista como uma região povoada apenas por espécimes exóticos da fauna e da flora, com uma presença humana ínfima em número e potencialidades. De um modo geral, o mito do vazio demográfico serviu como motivação e argumento para a colonização da região no período pós-descobrimto e, constantemente reatualizado, vem sendo utilizado ao longo dos anos para a implantação de programas e projetos de ocupação da região, por meio de iniciativas públicas e privadas. (...) Embora historicamente o homem amazônico viva esquecido, a ocupação dispersa não significa que falta pouca gente em muita terra, não significa vazio demográfico e, portanto, não significa dizer que a Amazônia deva ser ocupada por muita gente e transformada em um imenso campo de produção agrícola e de carne de boi para a exportação (RUFINO, 2018, p. 57-60).

A cultura local vai se transformando no contato com as culturas externas que chegam para ocupar a floresta transformada em espaço de extrativismo. Nesse processo, as matrizes culturais do lugar são afetadas pela cultura do “outro”, aquele que vem de diferentes lugares para se fixar em territórios mais amplos, e também pelas simbioses naturais que se estabelecem entre habitantes de cidades gêmeas, separadas por linha tênue, no limite de fronteiras, onde se mesclam línguas, culturas, religiões, economias.

Sébastien Conry (2012, p. 67) dá maior densidade a essas questões ao pensar a fronteira “espontaneamente compreendida como um limite nas nossas representações”:

Partimos da ideia de que a fronteira é um meta-limite sócio-político e geopolítico que une os diferentes estratos para determinar sua funcionalidade concreta. A fronteira é um espaço ao mesmo tempo abstrato e concreto, na medida em que possui também um componente intangível, que existe como estratégia capaz de unificar formas segmentares do espaço para compor a forma política concreta que é o território. Mas para analisar a relação entre fronteira e limite, devemos primeiro definir a natureza do limite, sua gênese e sua função neste espaço primário. (...) A fronteira é um espaço que liga esses diferentes problemas. Influencia a construção do território, os modos de subjetivação, é uma zona de passagem e intervém como elemento constitutivo em certos níveis de fluxos permanentes. É, portanto, um objeto totalmente encaixado em uma ‘geofilosofia’. Assim, uma análise filosófica do conceito de fronteira certamente não se resume e não se esgota em uma abordagem ‘geofilosófica’. Mas a construção de uma diferenciação da fronteira política com as outras formas de limites permitirão descrever melhor os mapas sociais e o caráter geográfico de futuros (CONRY, 2012, p. 64-67).

Em reflexões sobre a região, o global e as fronteiras nacionais, Haesbaert (2013, p. 1) atenta para a redefinição dos contextos regionais na dinâmica da globalização, na qual as escalas passaram a privilegiar um novo nível regional “que pode ser tanto uma área intra quanto internacional, já que essas ‘novas regiões’ dialogariam diretamente com os circuitos da globalização”.

Geralmente, no cenário da geografia, a região é tratada como uma forma de organização do espaço “zonal” ou em área, uma superfície contínua com características relativamente uniformes. Ocorre que, se observarmos a história do pensamento geográfico no seu prisma regional, verificamos que houve uma espécie de desdobramento cíclico do conceito, ora priorizando propriedades como a continuidade espacial, a estabilidade (sempre relativa) e as relações horizontais (como na clássica região lablacheana), ora a sobreposição de áreas, os fluxos e as relações verticais ou hierárquicas (como na concepção de regiões funcionais urbanas). A primeira encontrava-se mais próxima de uma visão ideográfica, empirista, a segunda de uma visão nomotética, mais racionalista. Todas essas concepções de região, entretanto, recorrem, se não à singularidade (no sentido de único), pelo menos à particularidade (mantendo uma ligação diferenciada com um conjunto maior) do espaço encarado como região (HAESBAERT, 2013, p. 1).

Nessas circunstâncias, entende-se que a significação de “redes transfronteiriças” pode parecer incoerente, porque as “fronteiras” tratadas são, na verdade, limites. Surgem daí as “redes inter ou transnacionais” (HAESBAERT, 2013, p. 3).

Método de análise dos três municípios selecionados

Os procedimentos desta análise se organizam em camadas metodológicas definidas por: 1) métricas de indicadores sociais, econômicos e geográficos municipais; 2) dados brutos coletados em acervos públicos; 3) observação local de serviços de comunicações. A primeira camada identificou no Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal (PNUD/IPEA/FJP, 2020) os municípios com IDHM Baixo (1.367 em todo o país); a segunda camada estabeleceu como linha de corte os municípios localizados 100% em Faixa de Fronteira (IBGE, 2019), que somaram 26: cinco no Acre; nove no Amazonas; três no Pará; um em Rondônia; dois em Roraima; um em Mato Grosso; quatro em Mato Grosso do Sul e um no Paraná. A terceira camada cruzou informações do Painel de Dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) usando os filtros uso de tecnologia (mais de 300 acessos banda larga fixa) e presença de radiodifusão (emissoras de rádio e RTV). Três municípios se encaixaram nessas características: Xapuri (AC), Seringueiras (RO) e Japorã (MS).

Tabela 2: Municípios de IDHM Baixo em Faixa de Fronteira – Serviços Banda Larga Fixa

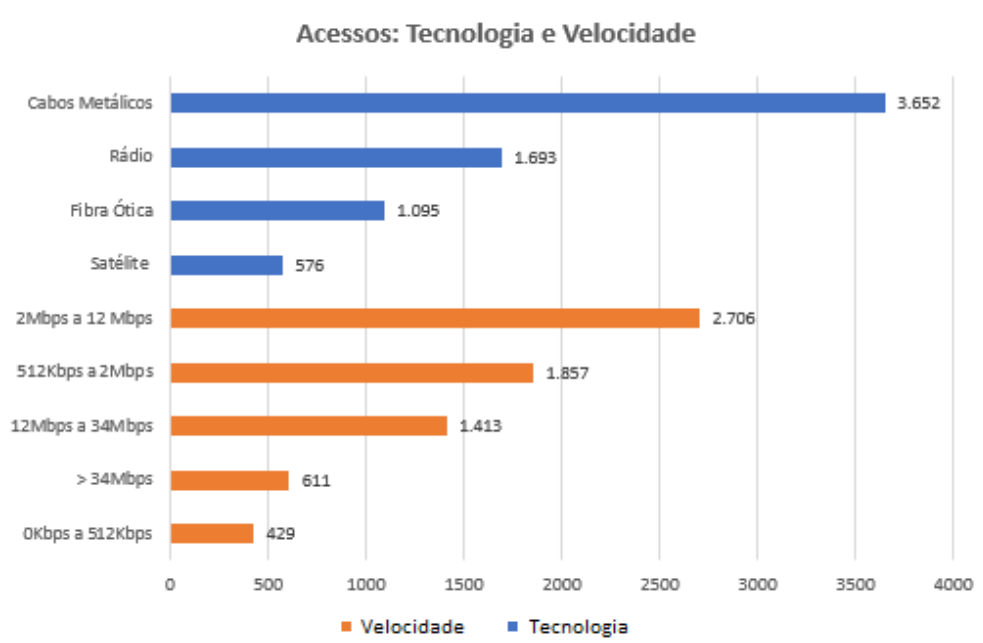
Município	IDHM (2010)	Percentual em Faixa de Fronteira	População estimada (2020)	Acesso Banda Larga (2020)
Xapuri (AC)	0,599	100%	19.596	458
Porto Estrela (MT)	0,599	59%	2.877	198
Seringueiras (RO)	0,598	100%	11.851	896
Óbidos (PA)	0,594	27%	52.306	411
Normandia (RR)	0,594	100%	11.532	69
Tacuru (MS)	0,593	100%	11.674	220
Bujari (AC)	0,589	97%	10.420	194
Coronel Sapucaia (MS)	0,589	100%	15.352	251
Paranhos (MS)	0,588	100%	14.404	178
Nhamundá (AM)	0,586	5%	21.443	339
Laranjal (PR)	0,585	3%	5.784	117
Iracema (RR)	0,582	71%	12.296	301
Capixaba (AC)	0,575	100%	12.008	289
Alenquer (PA)	0,564	10%	57.092	110
Faro (PA)	0,563	2%	7.070	47
Amaturá (AM)	0,560	27,5%	11.736	13
Tonantins (AM)	0,548	16%	18.897	19
Feijó (AC)	0,539	88%	34.884	1.095
Tarauacá (AC)	0,539	56%	43.151	1.061
Guajará (AM)	0,532	98%	16.937	142
Lábrea (AM)	0,531	48%	46.882	213
Canutama (AM)	0,530	1,5%	15.807	12
Japorã (MS)	0,526	100%	9.243	318
Japurá (AM)	0,522	65%	2.251	14
Jutaí (AM)	0,516	16%	13.886	23
Barcelos (AM)	0,500	26%	27.638	28

Fontes: IBGE, 2020; Anatel, 2020; PNUD/Ipea/FJP, 2020

Avaliados no conjunto, nos 26 municípios de IDHM Baixo 100% em Faixa de Fronteira, a parcela da população com acesso a serviços de banda larga fixa é reduzida: ao todo, foram contabilizados 7.016 acessos, média de 1,38% por mês. Em termos de infraestrutura predominam os cabos metálicos⁶, que chegam a 52% dos usuários, contabilizando 3.652 acessos em domicílio, seguidos por rádio (24% ou 1.693 acessos) e fibra ótica (16% ou 1.095 acessos). Contratos por satélite representam 9% do serviço (576 acessos) em domicílios. No geral, a velocidade de conexão disponível para banda larga fixa está entre 2Mbps e 12Mbps; apenas 9% dos municípios integralmente em Faixa de Fronteira apresentam velocidade superior a 34Mbps (Anatel, 2018).

⁶ Cabos metálicos são, basicamente, uma das categorias de meios de transmissão, identificadas como meios guiados, em que a transmissão é feita por cabos ou fios de cobre, onde os dados transmitidos são convertidos em sinais elétricos que propagam pelo material condutor (TELECO, Tutoriais Banda Larga, 2020).

Gráfico 1: Tecnologia e velocidade banda larga fixa, municípios 100% em Faixa de Fronteira



Fonte: Painéis de Dados Anatel, 2020.

Juntos, Xapuri (Acre); Seringueiras (Rondônia) e Japorã (Mato Grosso do Sul) apresentam média de 0,563 de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, o que corresponde a 0,555 em renda; 0,772 em longevidade; 0,418 em educação (PNUD/IPEA/FJP, 2020). O índice de alfabetização nesses municípios é de 72%, 85% e 69%, respectivamente. Dos três municípios destacados, Xapuri, localizado no Vale do Acre, é o mais antigo, fundado em 1883, um ano depois da capital Rio Branco. Tornou-se um posto importante do comércio de borracha, que junto com a castanha, compõem os principais produtos da localidade. O setor primário e a pecuária estão na base da economia de Xapuri.

Seringueiras é um dos 14 municípios da região do Vale do Guaporé, com economia local apoiada na pecuária, na produção de grãos (soja, arroz e café) e de mandioca (SEPOG, 2017). Dos municípios analisados, é o único não faz fronteira com outro país, apesar de estar 100% em Faixa de Fronteira, contíguo a Costa Marques e São Francisco do Guaporé, ambos no limite territorial com a Bolívia. O estado de Rondônia se caracteriza pelo povoamento marcado por constantes ciclos migratórios. Possui quase 123 mil empresas ativas, das quais 486 têm proprietários, sócios ou diretores estrangeiros. Os principais ramos de investimento dos empresários estrangeiros incluem transporte e logística, telecomunicações e tecnologia da informação, mineração e energia (SEDI, 2017).

Japorã, antigo distrito de Mundo Novo, está na região denominada Cone Sul do estado. De origem agrícola, as primeiras plantações de café e algodão evoluíram para a produção de soja, mandioca, milho e amendoim, “com valorização da agricultura familiar e de assentamento que movem a economia do município” (PREFEITURA DE JAPORÃ, 2020). Dos pouco mais de 8 mil habitantes em 2013, quase a metade (3,9 mil) eram índios da etnia guarani-nhãdeva.

Serviços de banda larga fixa

A Oi (Grupo Telemar) é a única empresa presente nos três municípios selecionados (Anatel, 2020). O percentual de acesso da população a serviços de banda larga fixa é o seguinte: em Xapuri, 8%; em Japorã, 3%; e em Seringueiras, 2%. Os cabos metálicos são a infraestrutura de tecnologia mais utilizada, correspondendo a 96% das conexões. A maior parte dos usuários acessam a internet em velocidade de 2Mbps a 12Mbps.

Tabela 3: Acesso a banda larga fixa em três municípios 100% em Faixa de Fronteira

Município	Infraestrutura Tecnológica	Velocidade de conexão	Empresas prestadoras de serviço
Xapuri (AC)	Cabos Metálicos: 438 Fibra Óptica: 18 Satélite: 2	2Mbps a 12 Mbps: 189 12Mbps a 34Mbps: 148 512Kbps a 2Mbps: 109 > 34Mbps: 6 0Kbps a 512Kbps: 6	Oi (100%)
Seringueiras (RO)	Fibra Óptica: 561 Rádio: 149 Cabos Metálicos: 95 Satélite: 91	> 34Mbps: 439 2Mbps a 12Mbps: 184 512Kbps a 2Mbps: 183 12Mbps a 34Mbps: 81 0Kbps a 512Kbps: 9	Videosat (53,5%) Rolim Net (25%) Oi (12%) Hughes (10%)
Japorã (MS)	Fibra Óptica: 185 Rádio: 65 Cabos Metálicos: 60 Satélite: 8	12Mbps a 34Mbps: 141 2Mbps a 12 Mbps: 123 512Kbps a 2Mbps: 34 > 34Mbps: 17 0Kbps a 512Kbps: 3	Global Internet (51%) Oi (22%) GTECNET (19%) Regis Infocel (7%)

Fonte: Painéis de Dados Anatel, 2020.

Em Xapuri, a Oi domina o mercado local. Em Seringueiras (88%) e Japorã (77%), as prestadoras de pequeno porte são responsáveis pela maioria dos acessos. No caso de Seringueiras, uma empresa local (Videosat) atende mais da metade dos usuários (53,5%) e a segunda com maior número de clientes (Rolim Net) também é de pequeno

porte, com sede no município anexo de Rolim de Moura, distante 153km, que também está em Faixa de Fronteira. A proximidade das empresas de pequeno porte, que investem no negócio, pode ser um dos fatores que influem no fato de Seringueiras e Japorã registrarem maior velocidade se comparadas a Xapuri, servida apenas pela Oi, de porte nacional. Em Seringueiras (63%) e Japorã (58%), a tecnologia predominante é a fibra óptica; na primeira, a velocidade média é superior a 34Mbps e na segunda está entre 12Mbps e 34Mbps. Em Japorã, a principal prestadora de serviços é a Global Internet (51%), com sede em Mundo Novo, a 18km de distância; a Oi responde por 22% dos acessos locais; e a GTECNET, sediada em Eldorado, distante 25km, tem 19% do mercado.

Serviços de rádio e TV (RTV/RTVD)

Dados de rádio e TV foram coletados no sistema Mosaico⁷, da Anatel (agosto de 2020). Em Xapuri, há registro de um canal de rádio FM, seis retransmissoras de TV (RTV) e duas retransmissoras de TV digital (RTVD); em Seringueiras há uma retransmissora RTV e duas RTVD. Japorã é o único município sem emissora de rádio ou retransmissora de TV.

A fraca presença de emissoras de rádio e a ausência de canal de TV aberta local confirmam uma característica comum nos 1.367 municípios de IDHM Baixo. Em média, de cada dez municípios, dois possuem uma emissora de rádio. A presença de uma retransmissora de TV na maioria dos municípios tem relação com a necessidade de fazer o sinal das redes comerciais de TV chegar ao interior; é investimento empresarial em tecnologia de interesse das emissoras para garantir a penetração e a audiência, regulado pelo Decreto nº 5.371, de fevereiro de 2005, que organizou a retransmissão, “de forma simultânea ou não simultânea, os sinais de estação geradora de televisão para a recepção livre e gratuita pelo público em geral”. Esse quadro mostra que, no audiovisual, apenas as rádios têm possibilidade de produção de conteúdo local.

A instalação de emissoras de rádio na Faixa de Fronteira depende de aprovação do Conselho de Segurança Nacional (CSN). Sob essa condição, a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa das emissoras devem atender exigências como ser propriedade de brasileiros natos, ter capital social exclusivamente de pessoas físicas brasileiras. Caso a empresa seja constituída na forma de sociedade anônima “deverá

⁷ Anatel, Sistema Mosaico. Em: <https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/login/>

fazer constar em seu estatuto que as ações representativas do capital social serão sempre nominativas” (DECRETO nº 85.064,1980).

A rádio em funcionamento em Xapuri é a Aldeia FM, vinculada à Fundação Aldeia de Comunicação do Acre (FUNDAC), órgão estadual criado em 2011 na gestão do governador Tião Viana (PT), para “operar as estações que fazem parte do Sistema Público de Comunicação, instituído em 2010”⁸. A Fundação integra uma rede de rádio com 11 emissoras, cinco na frequência AM e seis FMs. A principal emissora da rede é a Rádio Difusora Acreana, “A Voz das Selvas”, no ar há 72 anos, considerada patrimônio histórico regional e cultural do Acre. A Difusora gera o conteúdo informativo reproduzido pelas demais emissoras no estado. Embora funcione no formato de rede, a Aldeia FM de Xapuri tem autonomia para produzir programação local, mas boa parte dela é musical (gospel, sertanejo e ritmos populares), evangélica e de produtores locais. O que caracteriza a produção é a venda ostensiva de espaços para programas, geralmente patrocinados. Um deles, da Assembleia de Deus, tem duração diária de duas horas e mistura oração, recados a ouvintes e anúncios do comércio. Outro programa é interativo, de recados e conversas sobre consumo e produtos, conduzido por uma blogueira local. Apesar da classificação “pública”, a administração da Aldeia FM privilegia o aspecto comercial.

Durante a audição verificamos que às 18h, enquanto a rede transmitia aulas das escolas públicas do Acre, a rádio de Xapuri ocupou o horário com 20 minutos de comerciais em sequência, seguidos por transmissão esportiva patrocinada. Não há critério para seleção de comerciais. Tudo é permitido, incluindo anúncio de curandeiro, videntes e remédios populares. A emissora mantém um informativo local, o Bom dia Aldeia, veiculado às 7h com notícias locais, regionais e nacionais. Ao meio-dia retransmite informativo do governo do estado do Acre produzido pela a Rádio Difusora com a participação das afiliadas. Verifica-se, assim, que a Aldeia FM dificilmente corresponde ao conceito de rádio público, pautado pela diversidade, pluralidade e independência. A independência de gestão das emissoras que fazem parte da rede serve para fortalecer sua vocação comercial com veiculação de programas de conteúdo patrocinado.

⁸ Lei Complementar nº 244, de 29 de dezembro de 2011. Institui a Fundação Aldeia de Comunicação do Acre – FUNDAC e dá outras providências. Acesso em 02/10/2020 em: <http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2014/09/LeiComp244.pdf>.

O cenário de escassez de emissoras poderá ser alterado com a chegada das retransmissoras de rádio, que vão expandir o sinal de rádio FM no interior dos estados da Amazônia Legal. Isso significa que os sinais da estação geradora sediada nas capitais desses estados (Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso) serão retransmitidos para os municípios do interior. O serviço poderá ser executado na modalidade comercial ou educativa ou explorada diretamente pela União. Uma emissora retransmissora terá permissão de fazer inserções locais de programação e de publicidade no limite de até 15% da programação cedida. O conteúdo terá finalidades educativa, artística, cultural e informativa, em benefício do desenvolvimento geral da comunidade (DECRETO nº 10.405, 2020). Em setembro deste ano, o Ministério das Comunicações lançou um Edital de Chamamento Público a fim de selecionar pessoas jurídicas para executar o serviço de retransmissão de rádio. Na lista de municípios da Amazônia Legal que podem se candidatar ao Edital estão 15 dos 26 (57%) municípios localizados 100% na Faixa de Fronteira.

Na expectativa de alterações locais a partir do uso do rádio há que se considerar uma situação contemporânea, os processos migratórios na Amazônia, que no entender de Rufino (2018), provocou o rompimento entre a vida camponesa e a cidade, “que passou a ser representada como um lugar privilegiado do desenvolvimento econômico”:

Verificamos que a mobilidade humana na Amazônia é fortemente caracterizada pelos deslocamentos internos e transfronteiriços. Um exemplo a ser citado é a grande presença de venezuelanos na fronteira do Brasil, em especial na cidade de Pacaraima (Roraima) e na capital de Roraima, Boa Vista. (...) Pensamos as migrações para a Amazônia como uma oportunidade para muitos migrantes buscarem uma terra de riquezas, o que nos indica a ideia de que esta região necessita de desenvolvimento (RUFINO, 2018, p. 60-61).

Anotações finais

Reafirmamos que a região da Faixa de Fronteira é território pouco explorado na pesquisa em Comunicação. O número reduzido de pesquisas na perspectiva comunicacional, aqui consideradas a prestação de serviços de mídia e a infraestrutura de telecomunicações, deriva da caracterização como área de segurança nacional desde a sua criação em 1980.

A localização (distância em quilômetros de outros centros urbanos e meios de transporte) e a capacidade econômica de cada município são determinantes para o tipo e a qualidade da tecnologia fornecida e também para a intensidade da produção local de mídia, predominantemente audiovisual. O acesso limitado da população a banda larga

fixa (Xapuri, 8%; Japorã, 3%; Seringueiras, 2%) somado às condições de emissoras de rádio e canais de RTV que operam quase que exclusivamente com a retransmissão de material produzido fora da área da Faixa de Fronteira, geralmente nas capitais dos estados, confirmam a situação de sombra e de silêncio nos três municípios das regiões Norte e Centro-Oeste escolhidos para análise, apesar da intensa atividade econômica local. Um grupo nacional (Oi/Telemar) domina a distribuição de banda larga fixa em uma localidade e tem presença consistente nas outras duas, enquanto os arranjos empresariais de pequeno porte nas telecomunicações são recentes, facilitados pela fibra óptica, o que confirma uma tendência do setor.

A fim de comparação, na região do arco Sul a proximidade de outros centros urbanos, com as áreas de fronteira compartilhando atividades econômicas e produtos midiáticos, aponta para um quadro de inter-relações simbólicas, culturais e linguísticas que se estendem para os serviços de mídia e de telecomunicações. Mas grupos regionais formados por governos e empresários da região demandam alterações no status da Faixa de Fronteira. Por ser área sujeita a mudanças estruturais, há muito a ser explorado nessa porção do território brasileiro, em especial no campo da comunicação.

Referências

AMARAL, Pedro A. O. A evolução do mercado de trabalho na Faixa de Fronteira do Brasil. Em: *Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território*, 2014, p. 963-976. Acesso em 15/09/2020 em <http://www.retis.igeo.ufrj.br/noticias/a-evolucao-do-mercado-de-trabalho-na-faixa-de-fronteira-do-brasil/#.X3tm2R1v-7Q>

ANATEL. Painéis de Dados. Acesso em 25/09/2020 em <https://www.anatel.gov.br/paineis/aceessos>

ANATEL. Sistema Mosaico. Acesso em 02/10/2020 em: <https://sistemas.anatel.gov.br/mosaico/login/>

ATLAS do Desenvolvimento Humano Municipal. Brasília e Belo Horizonte: PNUD Brasil, IPEA e FJP, 2020. Acesso em 28/09/2020 em <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>

CONRY, Sébastien. *Spatialité des frontières; geophilosophie d'après Michel Foucault et Gilles Deleuze*. Thèse de doctorat. Université de Bourgogne, 2012. Em: <https://hal.inria.fr/CGC/tel-00841647v1>

DECRETO nº 10.405, de 25 de junho de 2020. Altera Regulamento do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia Legal, aprovado pelo Decreto nº 9.942, de 25 julho de 2019, para dispor sobre a execução dos serviços de radiodifusão e o processo de licenciamento de estações de radiodifusão. Acesso em 2/10/2020 em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Decreto/D10405.htm#art5.

DECRETO nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005. Aprova o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, anexas ao Serviço de

Rádiodifusão de Sons e Imagens. Acesso em 2/10/2020 em:

<https://www.anatel.gov.br/legislacao/index.php/component/content/article?id=431>

DECRETO nº 85.064, de 26 de agosto de 1980. Regulamenta a Lei ° 6.634/1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira. Acesso em 10/09/2020 em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D85064.htm

DORNELLES, B. C. P. e NAZÁRIO, H. R. Artigos sobre comunicação e mídia de fronteira no Brasil nos eventos nacionais da Intercom (2001-2015). *Revista Interamericana de Comunicação Midiática* v. 16, n. 32, p. 62-77, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5902/2175497722103>

GRUPO Retis de Pesquisa. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia. Acesso em 25/08/2020 em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/>

HAESBAERT, R. Regiões transfronteiriças e redes brasileiras no Mercosul. *Observatorio Geográfico de América Latina*. Acesso em 25/08/2020 em: observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiaregional/04.pdf

IBGE. Organização do território, Estrutura territorial – Municípios da Faixa de Fronteira, 2019. Acesso em 30/08/2020 em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html>

IBGE Cidades. Xapuri – Indicadores socioeconômicos. Acesso em 11/10/2020 em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/xapuri/panorama>

LEI nº 6.634, de 2 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira. Presidência da República, Casa Civil. Acesso em 10/09/2020 em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6634.htm

PREFEITURA de Japorã. História do Município. Acesso em 26/08/2020 em: <https://www.japora.ms.gov.br/historia-do-municipio>

RUFINO, Alessandra. A fronteira amazônica e a sua realidade econômica e social. In: PÊGO, B. et al. (org.). *Fronteiras do Brasil – uma avaliação do arco Norte*. Rio de Janeiro: Ipea / MI, 2018, p. 53-62. Acesso em 28/08/2020 em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8466>

SEDI – Superintendência Estadual de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura. Rondônia acolhe imigrantes e incentiva empreendedores; maioria é de origem portuguesa e boliviana. Acesso em 25/08/2020 em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/rondonia-acolhe-imigrantes-e-incentiva-empreendedores-maioria-e-de-origem-portuguesa-e-boliviana/>

SEPOG - Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão de Rondônia. Seringueiras. Perfil do município. Acesso em 25/08/2020 em: <http://www.sepog.ro.gov.br/Uploads/Arquivos/PDF/PerfildosMunicipios072013/Seringueiras.pdf>.

ZICOSUR - La Zona de Integración del Centro Oeste de América del Sur. Acesso em 28/09/2020 em: <http://zicosur.co/acerca-de-zicosur/>